



EDUCAÇÃO ESPECIAL: A INCUSÃO DO DEFICIENTE AUDITIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Kátia Barbosa da Costa ¹
Marilene Guimarães de Oliveira ²

RESUMO

Ao citar um aluno surdo na educação infantil, é uma fase de grande importância, assim como a busca por estratégias e recursos para que o ensino deles aconteça realmente e não fique somente no papel. Este estudo propõe obter a visão de algumas ideias sobre a inclusão do surdo na educação infantil. Realizando algumas análises de modo geral, visando que a inclusão não é apenas inserir o aluno na escola ou na sala de aula, na sociedade tentando fazer com que haja aceitação da sociedade independente de qual a deficiência a criança possa ter. Tendo como objetivo principal o aluno surdo, como ele é visto como são tratadas na sociedade, quais as oportunidades lhes são oferecidas. Como o ser humano deve ser merecedor de respeito e tem o direito de exercer sua cidadania, bem como funciona devendo iniciar desde a infância. Utilizando de pesquisa bibliográfica, artigos, internet dialogando com a intenção de compreender melhor as necessidades especiais e sua inclusão na sociedade. Já que sabemos que em muitos casos os surdos são apenas "colocados" ali em sala de aula sem o devido valor que necessitam, com pouca percepção em relação a sua capacidade de aprendizagem, sabendo que suas contribuições são significativas para nossa sociedade, versando a necessidade de profissionais capacitados para o atendimento e desenvolvimento de seu papel como educador profissional no ramo educacional.

Palavras-chave: Educação Infantil, Educação Inclusiva, Surdez, Cidadania.

INTRODUÇÃO

A história dos surdos teve início no segundo império, foi quando surgiu o primeiro educador francês Harnest Huet, que trouxe o alfabeto e a linguagem de sinais. Só em 1911, passando a adotar o oralismo, por determinação do congresso internacional de surdos-mudos, versando uma boa relação social do indivíduo no mundo.

Durante este tempo, surgiram várias etapas e avaliações, neste sentido o surdo que não se adaptava a oralidade, era considerado retardado, não se compreendia que na

¹ Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins - UFT, Pós graduada em AEE – Educação Inclusiva pela Universidade Faveni – Espírito Santo katiabarbosadacosta@outlook.com;

² Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins - UFT, marilenegol03@gmail.com;



verdade a dificuldade se dava devido à perda da audição ser severa e profunda, subjugada a capacidade de compreensão deles. Ressurgindo em 1970 com o uso dos sinais com novas metodologias como a comunicação total, uso de linguagem oral e sinalizada ao mesmo tempo, trabalhando-se com as crianças ou alunos com surdez num método do bilinguismo e a língua materna de sinais e língua portuguesa escrita, sendo a maior parte oralidade atribuindo da seguinte ordem de acordo com Honora (2009):

- Oralismo – com objetivo de capacitá-los na (língua de sinais).
- Comunicação total - com o objetivo de desenvolver na criança com deficiência auditiva a linguagem; a fala; leitura orofacial; treinamento auditivo; expressão corporal e facial; mímicas; leitura e escrita de sinais.
- Bilinguismo – mais atual objetivo de trazer à tona a língua de sinais como primeira (língua materna) comunidade surda, oferecendo a fala como visibilidade possível e não como obrigação.

A educação especial ou inclusiva no Brasil chegou bem tarde, principalmente na área dos surdos e que ainda temos muito que aprender e conquistar para o progresso chegar. Hoje nossa sociedade existe ainda muito preconceito em relação a o assunto relatado acima, pouco a pouco foi sendo conquistado. A surdez profunda na infância é um fenômeno cultural diagnosticado por um médico, podendo estar ligado a problemas emocionais, linguísticos e intelectuais. Tem em vista que os surdos precisam ser visto, ouvidos e exercer seus direitos e deveres como cidadão.

Citando um pouco da abordagem sobre a educação inclusiva e surdez, educação inclusiva, as leis que amparam direitos e deveres da sociedade nossa realidade, breve comentários em relação à formação de professores, leituras bibliográfica, e artigos, autores que discutem a respeito do assunto pesquisado.

METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa contou-se com a pesquisa bibliográfica com fundamentação teórica em leitura e estudo de livros de autores que discutem a temática, leitura e reflexão de artigos científicos, leis, decretos etc.

Refere às modalidades de pesquisa destacamos aqui a conceituação de Severino (2007, p. 122):

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realizam a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.



Tendo em vista que a educação inclusiva não se limita somente em questões de sala de aula e suas possibilidades, como também na sociedade preconceituosa de hoje. As crianças surdas enfrentam varias dificuldades, a, principal delas é ser aceito dentro e fora da sociedade em que se é inserido. E para que isso se torne possível é necessário que se estimule na criança o seu potencial cognitivo, sócio afetivo, linguístico, politico-cultural, proporcionando um bom desenvolvimento do pensamento e da aprendizagem delas, além das trocas simbólicas.

A inclusão da criança surda deve acontecer desde a infância ate o ensino superior, para que possa ter o suporte e utilize os recursos necessários para enfrentar as barreiras durante a jornada escolar. Nesse intuito podemos perceber que as escolas estão desestruturadas pra receber estas crianças devido a falta de recurso oferecida pelo governo às escolas, por isso acredita-se que os professores não estejam preparados a recebê-los, com isso a falta de prática e de estratégias apropriadas a cada um.

O grande interesse por crianças surdas, surgiu devido a um filho surdo, por isso preocupação de estudar, aprofundar os conhecimentos e saberes da educação inclusiva. Para isso faz-se necessário um conhecimento maior em relação a alunos surdos, quais os direitos e deveres no contexto da sala de aula, visando verificação de uma sala de recurso especializada pra melhor atende-los de forma mais ampla e correta.

REFERENCIAL TEÓRICO

O atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. A década de 1930 foi bastante importante para a educação especial, se fortalecendo com a chegada de Helena Antipoff ao Brasil a convite do governo de Minas Gerais, e com isso possibilitando a criação da Instituição Pestalozzi no estado de Minas, e foi a partir daí que a educação especial tomou força impulsionando e influenciando todo o país, na criação de mais escolas voltadas para o atendimento à criança com deficiência. Conforme informações do MEC/SECADI.

No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff (1892-1974) (MEC/SECADI, p. 2).



Observando que à implantação de instituições de cunho privado, filantrópicas, incentivada pelo governo para atender as especificidades das pessoas com deficiência, conforme se evidencia nas pesquisas realizadas por Januzzi, sobre a educação do deficiente no Brasil:

A partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência: a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando à peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular, outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas, há surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e outros de reabilitação geralmente particular [...] (JANNUZZI, 2004, p.34).

De acordo com Mazzota (2011), a partir do século XIX que surgiu de forma isolada, podendo identificar como parte das políticas sociais, a defesa dos direitos a educação e cidadania para pessoas portadoras de necessidades especiais. Em 1961 foi criada a lei 4024, artigo 88 e 89 que trata da educação dos excepcionais. Nesse sentido, pode se dizer que a criação de instituições para atendimento da educação especial influenciou as demais. A partir de 1970, a educação especial passou a ser discutida mais fortemente no país, com isso tornou-se uma enorme preocupação para os governantes da época, pois a partir das discussões ampliaram-se a implantação de instituições públicas / privadas, órgãos normativos estaduais e federais com intuito de amparar e atender as pessoas consideradas especiais (crianças e jovens diagnosticados com deficiência).

Podemos dizer que a criação de instituições privadas para atendimento da educação especial, influenciou e muito na implantação de mais unidade de atendimento, pois houve a provocação aos governantes que se viram na obrigação de atender a demanda social, visto que a população se movimentava no sentido de cobrar que o poder público assumisse sua responsabilidade com a educação, nesse caso o intuito maior era o de amparar as crianças especiais. Em 1973 foi firmado o centro nacional de educação especial (CENESP) através do decreto 72.425.

Conforme Rogalski (2010):

No Brasil, até a década de 50, praticamente não se falava em Educação Especial. Foi a partir de 1970, que a educação especial passou a ser discutida, tornando-se preocupação dos governos com a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais (ROGALSKI, 2010, p. 2).



Destacando, que algumas conquistas foram efetivadas devido às lutas travadas pelas famílias, em torno dos direitos das pessoas com deficiências, buscando assegurar acesso à educação escolar e as escolas especiais para que estas pessoas se desenvolvessem, sempre que possível de maneira inclusiva para assegurar a educação a todos.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº. 4.024/61, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o contexto da educação especial foi assegurando seu espaço como parte da educação, pois, foi inserida no sistema geral de educação, foi mencionada como, Da Educação de Excepcionais, Título X, conforme citado nos Artigos 88 e 89, que impõem.

Art. 88. A educação de excepcionais deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade. Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções. (BRASIL, 1961, P. 15).

De fato a lei ampara as crianças com dificuldade de aprendizagem, atrasos, deficientes físicos e mentais desde muito cedo, porém poucas pessoas têm conhecimento ou entendimento sobre os direitos e deveres presentes na lei, mais a escola sabem e entendem que todo aluno com estas características precisam de atendimento diferenciado, ou seja, atendimento educacional especializado, sendo assim as famílias precisa ser orientado, quando seu filho apresentar baixo desempenho na vida escolar, buscar o devido apoio educacional dentro da escola que o aluno está matriculado.

Contudo, são muitas as dificuldades e desafios enfrentados pela escola, pois nem sempre o poder público cumpre com suas obrigações em repassar os recursos e o apoio necessário para as escolas executarem uma educação digna de um cidadão. Nem Cumpri com seus compromissos políticos e sociais, e principalmente como pagador de impostos. Salientando que as escolas públicas brasileiras, como todos sabem, vêm buscando se virar como “pode”, pois os recursos que chegam não são suficientes para a manutenção das condições administrativas e pedagógicas de maneira satisfatória, para a oferta de um ensino público universal e democrático, que assegure qualidade e participação de todos no processo educativo, e por isso acaba por desenvolver a educação escolar de forma precária. Para um melhor entendimento sobre o que assegura aos educandos da educação especial temos o artigo 59, onde especifica que;

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; II – terminalidade



específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V– acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 1996, p. 19 - 20).

O dia a dia das escolas revela como é o processo e a situação em lidar com alunos que apresentam estas características, pois falta de recursos, materiais, profissionais, espaços, acessibilidades, entre outros. São diversos os fatores que nos levam a questionar e apontar a falta de instabilidade financeira na educação pública. A educação especial é muito importante, é uma modalidade que necessita muito da atenção do poder público, pois este deve sempre cumprir com o apoio financeiro, técnico e educacional.

Os órgãos normativos, são responsáveis pela caracterização das instituições, sejam privados sem fins lucrativos ou públicos, pois as especialidades dos alunos são muitas, com isso todas elas necessitam de apoio do financeiro, pois todas visam um único objetivo, atender com exclusividade e dedicação aos alunos da educação especial sempre que possível na perspectiva da educação inclusiva.

A escola inclusiva depende de adaptações de grande e médio porte. Os de grande porte competem aos órgãos federais, estaduais e municipais de educação; as de pequeno porte são mudanças que cabem das iniciativas dos professores, que devem buscar recursos para ampliar sua qualificação, com o intuito de inserir esses alunos de forma eficaz e humana. (ROCHA, 2017, p. 4).

Partindo deste princípio, as sociedades de épocas passadas, as crianças não eram bem vindas às comunidades, ou seja, as comunidades tinham medo que estas fizessem mal aos demais, então os próprios pais trancafiavam seus filhos dentro de quartos escuros onde lhe davam apenas água e alimentos, com isso, eram tratados como bicho,



fera ou até mesmo criaturas demoníacas, devido a sua má formação ou deficiência, segundo Prestes (2011), "[...] os deficientes eram, portanto, separados do restante da sociedade, ou seja, segregados e privados da convivência social, de fazer parte do mundo, sendo de total responsabilidade dos familiares". (p. 12).

O trabalho de inclusão realizado dentro da escola e na sala de aula regular deve ter a participação de todos, principalmente atenção por parte do professor para com toda a turma, porque a inclusão do aluno com necessidades especiais só irá efetivar-se quando o aluno se sentir respeitado, participativo na construção do conhecimento juntamente com os demais, pois independente da sua necessidade ele também é aluno, e nesse caso, cabe à escola, professores e demais alunos respeitarem a sua limitação quando da participação em grupo e demais atividades.

A inclusão educacional é um direito de todas as pessoas e para que isso aconteça são necessárias mudanças na concepção de educação nas práticas educativas pedagógicas e administrativas, mudanças na forma como as atividades são desenvolvidas na sala de aula, mudanças na forma como se desenvolve a formação e a valorização e professores, para a efetivação da universalização da educação e para assegurar o direito de todos à escolarização com qualidade. Como o papel do professor é fundamental no processo educativo como um todo e em especial na educação inclusiva, no texto seguinte apontamos brevemente aspectos importantes para a formação de professores para a educação inclusiva.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei 9.394/96, assegura que os estabelecimentos de ensino em todo o país devem promover o acolhimento das pessoas com deficiências ou com necessidades especiais preferencialmente no ensino regular, de maneira que essas pessoas possam participar de todas as atividades escolares de forma inclusiva. A Lei educacional ao definir esses critérios para inclusão de alunos com deficiências, as diretrizes apontam também para a formação docente, a atuação pedagógica nas escolas, ao estabelecer que: “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular, capacitado para a integração desses educandos nas classes comuns” (LDB, 1996).



Confirmando o que está posto na Lei educacional, Segundo as PCNs para a Educação Especial (2001), os professores especializados são aqueles que:

§ 2º São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados ao atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais (PCNs, 2001).

O professor especializado o profissional necessita comprovar que possui formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas; ou complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio; (PCNs 2001).

Trabalhar a aprendizagem dos alunos, independente das dificuldades enfrentadas pelas escolas, o professor sempre irá lidar com certos níveis de desenvolvimento dentro da sala de aula, pois a educação vive constantes mudanças, o educador é o mediador do aprendizado e conhecimento, terá que estar sempre focado em diferentes estratégias que considere a diversidade escolar e envolva a todos, conforme as necessidades de aprendizagens de seus alunos.

Adequar a escola e os conteúdos às necessidades dos alunos é algo bem difícil para a direção da escola, serviço de orientação educacional, psicopedagogo e professores, porque para esta configuração é necessário incluir no PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola, políticas de inclusão e propostas educativas que também atendam ao público de alunos com necessidades especiais ou deficientes matriculado, pois a missão da escola é formar cidadãos ativos.

Do ponto de vista da educação inclusiva é preciso que se criem mais oportunidades para que o professor possa especializar-se nas áreas de seu interesse, as escolas encontrem as condições para capacitar seus profissionais e que o educador tenha iniciativa e autonomia para lutar pela sua formação, é importante designar estratégias para conter as dificuldades encontradas no decorrer do trabalho, as habilidades de seus alunos devem ser aproveitadas a todo custo. Tornando – se preocupante, pois são



poucos os professores que buscam capacitação para desempenhar um bom papel com os seus alunos e o governo também não se disponibiliza, além de se fazer necessário que as políticas públicas sejam eficazes nessa área.

Observamos a importância da necessidade das escolas, em oferecerem permanentemente formações para os professores da educação especial e regular, para que estes possam se organizar melhor e se preparar dentro do seu ambiente de trabalho. Tendo conhecimento, e fazendo uso dos materiais pedagógicos adequados e compartilhando em atividades coletivas. Pois quando se compreende a forma de usar os materiais em grupos e troca de informações, surgiram novas estratégias e ideias, iram contribuir formação profissional e intelectual dos educadores. Transformando o planejamento docente em um ato de competências que beneficiará os alunos deficientes ou com necessidades especiais. Compreendendo como educação inclusiva vem se desenvolvendo na escola pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma percebe-se que existe certo interesse em promover o respeito à dignidade humana e assegurar neste contexto o acesso à educação inclusiva de maneira igualitária perante todos.

Vivemos em uma sociedade em que existem leis, o que nos preocupa diante da finalidade da pesquisa é em saber que mesmo depois de tanto conhecimento adquirido, estudos comprovados, as pessoas persistem em defender a ideia de que o deficiente é diferente do ser humano, considerado “normal” e com isso subestimam a suas capacidades e pior, muitas vezes nem oferecem a oportunidade de demonstrar a sua capacidade, aptidão, assim como qualquer pessoa, que também deverá aprender e não saberão tudo, tendo em vista limitações, porque qualquer ser humano é feito de erros, acertos e de limites e principalmente de superações.

Ficando claro que a escola e a sociedade precisam andar de mãos dadas e se adaptarem as deficiências de cada um e não elas se adaptarem a sociedade e a escola. Ocorrendo assim uma maior contribuição de ambas as partes.



Concluindo-se que a inclusão educacional é um direito de todas as pessoas, para que isso aconteça, são necessárias mudanças na concepção de educação nas práticas pedagógicas educativas e administrativas, na forma como as atividades são desenvolvidas em sala de aula, no formato como se desenvolve a formação e a valorização de professores, para a efetivação da universalização da educação, assegurando o direito de todos numa escolarização com qualidade. Como o papel do professor é fundamental no processo educativo como um todo e em especial na educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. MEC/ SEESP, 2001. 79 p.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 5.692. 1971**. 18 p. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> acesso em: 26 jul. 2019.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394. 1996**. 28 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em 26 jul. 2019.

HONORA, Márcia. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez/ Márcia Honora, Mary Lopes Esteves Frezanco. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

JANUZZI, Gilberta de Martinho. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas. Autores Associados, 2004. Coleção Educação 49 Contemporânea.

ROCHA. Artur Batista de Oliveira. **O Papel do Professor na Educação Inclusiva**. 2017. 11 p. Disponível em: <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n14/n14-artigo-1-O-PAPEL-DO-PROFESSOR-NA-EDUCACAO-INCLUSIVA.pdf> acesso em: 15 ago. 2019.

ROGALSKI, Solange Menin. **Histórico Do Surgimento Da Educação Especial**. REI - Revista de Educação do Ideau. Vol. 5 – Nº 12 - Julho - Dezembro 2010. Disponível em: https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/168_1.pdf acesso em: 20 dez. 2018.



**Educação como (re)Existência:
mudanças, conscientização e
conhecimentos.**

15, 16 e 17 de outubro de 2020

Centro Cultural de Exposições Ruth Cardoso - Maceió-AL

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.